

Sociedade em rede e discurso de ódio na Amazônia: estudo de caso dos ataques aos índios Tenharim no Facebook¹

Raphael Henrique CORTEZÃO²

Faculdade Boas Novas de Ciências Sociais, Teológicas e Biotecnológicas, Manaus, AM

RESUMO

O processo de tecnização da sociedade, decorrente do fluxo civilizador, provocou profundas mudanças na dinâmica de socialização entre os indivíduos. Ao desenvolverem e manterem relações em ambiente virtual, novos paradigmas se colocam para a discussão, entre eles a propagação do discurso de ódio e da violência simbólica por meio da internet, em especial a partir do uso das redes sociais digitais de relacionamento. O presente artigo propõe um estudo de caso sobre os ataques contra indígenas da etnia Tenharim na rede social Facebook, ocorridos em dezembro de 2013, para compreender, à luz da teoria sociológica de Norbert Elias, quais fatores e características presentes nessas relações virtuais contribuem para dar vazão a essa onda de disseminação de ódio contra minorias via internet.

PALAVRAS-CHAVE: redes sociais; tecnização; discurso de ódio; violência simbólica; indígenas

INTRODUÇÃO

As mudanças provocadas na vida social a partir do processo de tecnização da comunicação social no mundo, em especial com a virtualização das relações, são o principal objeto de análise do presente artigo. Sob a luz da teoria do processo civilizador de Norbert Elias, o estudo se propõe a lançar bases que possibilitem compreender quais fatores e características do atual estágio da sociedade contribuíram e ainda contribuem para a disseminação da violência simbólica e do ódio via redes sociais virtuais.

O processo de tecnização como direção para a qual tem sido orientado o processo civilizador, abordado por Elias (2006), constitui-se de linha mestra para a condução das reflexões deste artigo no que tange às bases sociológicas para a compreensão do fenômeno estudado. A partir dele, as contribuições da teoria social da mídia abordada por Thompson (1998) trazem os impactos das transformações dos meios de comunicação na configuração social das relações humanas, apontando para a

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 24 a 26 de maio de 2017.

² Professor do Curso de Jornalismo da FBNSTB. email: professorcortezao@gmail.com.

consequente virtualização. Os estudos de Raquel Recuero (2009; 2015) somam-se aos demais já citados com o propósito de explicitar as mudanças provocadas pelo advento da comunicação mediada por computador como parte do processo de tecnização e contribuir para a compreensão das implicações das redes sociais na forma de sociabilidade entre os indivíduos contemporâneos da sociedade de rede, apoiados na sólida base construída por Manuel Castells (2003).

Os conceitos de violência simbólica (BOURDIEU, 1989), ódio (LEBRUN, 2008) e estigmas sociais (GOFFMANN, 2008) são empregados para firmar as bases teóricas igualmente necessárias para a compreensão do fenômeno a ser analisado, contextualizados pelas noções de vergonha, medos sociogênicos e mudanças na agressividade, todos esses elementos decorrentes do processo civilizador em direção ao qual caminha a sociedade de modo geral (ELIAS, 1994).

A partir do método de estudo de caso, o presente artigo promove uma análise do episódio ocorrido em dezembro de 2013 e janeiro de 2014, no sul do Amazonas, no qual uma onda de ataques racistas de ódio invadiu perfis de redes sociais virtuais de internautas daquela região e de todo o Estado contra os índios Tenharim, até então apenas suspeitos de serem os responsáveis pelo desaparecimento de três homens que trafegavam pela rodovia Transamazônica (BR-230). Tal estudo visa promover uma busca circunstanciada de informações que contribuam efetivamente para a compreensão do problema de pesquisa em questão, que envolve não só uma análise do meio pelo qual esses discursos de ódio são propagados como também lança um olhar mais amplo para compreender as motivações que levam indivíduos ou grupos, isolada ou coordenadamente, a promoverem ataques contra grupos minoritários como os indígenas.

1. Processo de tecnização e mudanças na dinâmica social

A dinâmica da vida social hindu historicamente construída na Índia jamais permitiria que as diferentes castas ainda persistentes na zona rural do país tivessem qualquer relação de amizade entre si. As castas, na cultura hindu, são rígidas estruturas sociais que hierarquizam grupos a partir dos laços familiares, impedindo quaisquer relações sociais pessoais entre grupos superiores (Bramas, Xátrias) e inferiores (Sudras, Párias). Até que os membros de diferentes castas passaram a utilizar as redes sociais digitais. Um estudo realizado ao longo de 15 meses por pesquisadores da Universidade College London, no Reino Unido, concluiu que nem mesmo essa rígida diferenciação

resistiu às transformações que o uso das redes sociais virtuais provocou na configuração das relações entre as pessoas nas mais diversas sociedades pelo mundo. A pesquisa mostrou que, na Índia, internautas criam dois perfis distintos: um para se relacionar com pessoas do mesmo grupo social e outro, mais abrangente³, como forma de burlar a barreira imposta pelas castas familiares e estabelecer relações para além do grupo social do qual faz parte e alterando, assim, as configurações de inter-relação pré-existentes.

O desenvolvimento da internet e das mídias sociais digitais é resultado do processo de tecnização em permanente curso sobre o qual discorre Norbert Elias (2006) e tem se consolidado como linha mestra que aponta a direção para onde caminha tal processo. Tecnização é definida como “[...] o processo que, à medida que avança, permite que se aprenda a explorar objetos inanimados, cada vez mais extensamente, em favor da humanidade, manejando-os e os processando, na guerra e na paz, sobretudo na expectativa de uma vida melhor” (ELIAS, 2006, p. 35). Tal conceito está interconectado com o processo de civilização da humanidade, porém não se tratam de sinônimos.

A história social da humanidade está repleta de exemplos clássicos para demonstrar o impacto da evolução tecnológica na dinâmica social. Novas tecnologias de transporte e comunicação, por exemplo, permitiram a redução nas distâncias ao redor do planeta e alteraram profundamente a natureza da produção de bens, o intercâmbio simbólico e a dinâmica dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si, tornando ainda mais complexas e extensas as redes de interdependência existentes na sociedade. A alteração da compreensão das noções de lugar e do passado, decorrente principalmente do desenvolvimento dos meios de comunicação, modificou também o sentido de pertencimento dos indivíduos, ao permitirem a dilatação de nossa compreensão do mundo para além das experiências pessoais vivenciadas, alcançando expressões simbólicas em lugares do mundo nunca visitados por meio da mediação (THOMPSON, 1998, p. 38).

A consolidação do avião como meio de transporte mundial aproximou as pessoas de todas as regiões da Terra e, conforme Elias (2006), teve enorme influência civilizadora ao contribuir para que pessoas de convicções diversas se acostumassem com a convivência, mesmo diante de padrões de autorregulação completamente distintos. O desenvolvimento da internet, concebida em 1969 inicialmente vinculada a

3 MATSUURA, S. Pesquisa mostra diversidade no uso das redes sociais pelo mundo. O Globo on-line. 7 mar 2016. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/pesquisa-mostra-diversidade-do-uso-das-redes-sociais-pelo-mundo-18819081#ixzz4GBekZZfj>>. Acesso em 2 ago 2016.

pesquisa de informações com fins militares, potencializou essa convivência e, conseqüentemente, as tensões dela provenientes, com a virtualização das relações e o aumento exponencial de contato entre diferentes grupos ao redor do mundo por meio das redes sociais. A possibilidade de assumir o protagonismo de mobilizações coletivas – antes reservado aos meios de comunicação tradicionais – é o principal atrativo da internet para aqueles que se sentiam marginalizados da pauta da imprensa e dos meios eletrônicos de mídia (TV e rádio). A convivência, nesse mesmo ciberespaço⁴, entre tantas convicções, interpretações e bandeiras diferentes, sujeita esses grupos a tensões que antes só seriam experimentadas caso dividissem o mesmo espaço geográfico.

2. Internet, mídias sociais e individualismo em rede

Para compreender as bases das mudanças provocadas pelo advento da comunicação mediada pelo computador (CMC), da qual as redes sociais são produtos, faz-se necessário asseverar e reconhecer a profunda modificação no modo por meio do qual as pessoas se comunicam a partir da introdução e espalhamento dessas novas ferramentas. Segundo Recuero (2009, p. 118),

Através da CMC novos agrupamentos sociais surgiram (Lemos, 2003), novas formas de conversação (Herring, 1999; Herring et al., 2005), novas formas de identificação e de construção do self (Donath, 1999). Diante disso, surgem, nos últimos anos, as chamadas ferramentas ditas “sociais”, ou seja, aquelas que focam esse exercício da sociabilidade e as chamadas redes sociais¹, e de um modo especial, os chamados sites de redes sociais (Boyd & Ellison, 2007) que têm crescido nos últimos anos.

A sociabilidade entre os indivíduos passou por mudanças substanciais a partir das redes sociais. Estas, construídas por dois elementos essenciais: os atores sociais e suas conexões. O primeiro elemento engloba tanto pessoas quanto instituições ou grupos, sendo considerados, portanto, os nós da rede; já o segundo é representado pelas interações entre os atores, os laços sociais (fortes ou fracos) por eles estabelecidos nesse espaço virtual, em estruturas sociais na qual os atores se apropriam e utilizam um sistema para realizar conexões entre os diversos sujeitos participantes desse sistema, promovendo interação. Esta, por sua vez, pode ser mútua (ator-ator) ou reativa (ator-máquina) (PRIMO, 2007).

⁴ O termo “ciberespaço”, na abordagem de Pierre Lévy (1999), designa não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas abrange também oceano de informação que ela abriga e os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

Para dissipar eventuais contradições extraídas do senso comum a respeito da temática, convém registrar que sites de redes sociais não são as redes sociais em si. Os sites de redes sociais são espaços virtuais que abrigam as redes sociais e, ao proporcionar estrutura de funcionamento, permitem que elas se configuram e existam na internet. Ao apresentarem as conexões criadas pelos atores, esses sites também as modificam, pois possibilitam a manutenção dessas conexões independentemente da manutenção de interações. Uma vez adicionado a uma conexão – bem diferente dos laços sociais no espaço off-line – os laços firmados por um ator com outros atores não desaparecem por falta de interação, e sim permanecem até que o próprio usuário decida retirar de sua rede. Aspectos como esse se apresentam como diferenciais dessas redes, já que, entre outras potencialidades, exigem muito menos esforço e investimento dos atores e são mais facilmente mantidas, configurando o que Recuero (2009) denomina “laços associativos”, diferenciando-os das conexões mantidas pela interação.

O surgimento de um novo sistema de relações sociais centrado no indivíduo, segundo o autor, também é preocupação presente nas obras de Giddens, Putman, Wellman, Beck, Canoy e do próprio Castells. A partir da perspectiva do processo civilizador, teoria que conduz a linha mestra do presente artigo, é fundamental a contribuição de Elias (1994) para a compreensão da relação sociedade-indivíduo no contexto ao qual ele intitula “a sociedade dos indivíduos”. Indo além da concepção dos modelos conceituais que prenunciam um abismo entre indivíduos e sociedade, Elias centra o foco de sua análise nas complexas relações de interdependência estabelecidas entre os indivíduos, cuja existência simultânea, seus atos e relações mútuas resultem em algo que, isoladamente, nenhum indivíduo planejou, mas do qual todos participaram ao constituírem uma estruturada rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras: a sociedade. Mesmo os desconhecidos que se cruzam na rua ou nas visualizações de perfis em redes sociais – aparentemente desvinculados – estão ligados por laços invisíveis e agem guiados por uma ordem oculta, não diretamente perceptível pelos sentidos, configurando, nas palavras de Elias (1994, p. 21), uma “ordem invisível”.

Nesse contexto, a internet tem se mostrado como suporte material ideal para o individualismo em rede. Castells (2003) reforça que a rede mundial de computadores é eficaz para manter laços fracos e, sob certas condições, pode também criar novos tipos de laços fracos a partir de comunidades de interesse. Espectadores de um reality show

criam grupos de discussão com frequência para conversar sobre os episódios e seus desdobramentos. Durante algum tempo interagem entre si motivados por um interesse em comum. Após o fim da atração, os laços fracos se esvaem aos poucos, raramente resultando em relações pessoais duradouras. O fluxo comunicativo, porém, permanece, mantendo-se como uma das manifestações sociais dos participantes da rede. “O ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques” (CASTELLS, 2003, p. 115).

Diversos estudos e pesquisas científicas realizadas em todo o mundo rechaçam a ideia de que a internet induz as pessoas a criarem identidades alternativas, assumirem fantasias impossíveis de serem plenamente vividas no mundo não virtual. Manuel Castells cita pesquisas norte-americanas que concluíram pela compatibilidade entre as identidades on-line e off-line dos usuários sociais da comunicação mediada por computador, empreendidas pela pioneira dos estudos de construção de identidade na internet Sherry Turkle e a pesquisadora Nancy Baym (*apud* CASTELLS, 2003). Tais conclusões indicam seguramente que as tensões, preconceitos e discursos vivenciados e propagados na internet fazem parte igualmente da vida física das pessoas e de grupos sociais, tendo ainda suas possibilidades ampliadas no ciberespaço pela sensação de segurança e anonimato oferecida pela comunicação mediada.

3. Violência simbólica, ódio e estereotipização

A onda de ataques racistas contra a jornalista da TV Globo Maria Júlia Coutinho, encabeçada por um grupo de internautas via rede social Facebook, em julho de 2015⁵, exemplifica com precisão o *modus operandi* do processo de propagação de violência simbólica por meio do discurso de ódio na internet. Assim como no referido episódio – que ganhou amplo espaço na mídia por envolver uma jornalista de um dos maiores conglomerados de mídia do país – é recorrente e bastante fácil identificar práticas dessa natureza nas relações sociais virtuais estabelecidas por meio das mídias sociais digitais, sejam elas coordenadas por grupos ou individualizadas. O que leva, então, indivíduos ou grupos a ignorarem ou rejeitarem os refreamentos impostos pela autoconsciência resultante do processo civilizador e empreenderem ataques frontais na internet tendo como alvo diferenças étnicas e raciais?

⁵ Investigação policial referente ao caso mostrou que um grupo fechado de internautas, denominado “*Boring*”, orquestrou os ataques contra a jornalista negra premeditadamente, com o objetivo de alcançar repercussão midiática nacional. Ver mais em <<http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2016/01/no-submundo-das-gangues-virtuais.html>>

A busca por respostas para tal questionamento passa, inicialmente, pela compreensão de que as redes sociais na internet são sistemas simbólicos (BOURDIEU, 1989), uma vez que possibilitam a expressão dos atores presentes na rede por meio de símbolos e signos da linguagem. Com a existência da linguagem nesse processo, presume-se a possibilidade de existência de violência simbólica⁶ e de ódio⁷. Igualmente importante é ressaltar, em paralelo com as conclusões de Elias (1980) a respeito das redes de interdependência na sociedade, que as redes sociais online são da mesma forma constituídas por atores sociais e suas conexões em constante encontro com o outro, fenômeno gerador de tensões que também contribui para a manifestação da violência simbólica e do discurso de ódio.

As características da conversação na Comunicação Mediada por Computador apontadas por Recuero (2009; 2015) oferecem mais elementos a serem considerados na busca por respostas para tal questionamento. O privilégio do anonimato, em detrimento da identificação, o distanciamento físico entre os interagentes e a persistência das mensagens ao longo do tempo oferecem ao usuário condições quase ideais para ignorar o medo e a vergonha diante da manifestação de mensagens socialmente reprováveis, ao mesmo tempo que ampliam o impacto de tais mensagens. Os perfis podem ser constituídos na rede por meio de representação falsa (*fake*), e dessa forma dar a sensação de proteção ao usuário pelo anonimato, assim podendo reproduzir com mais facilidade discursos que incitem a violência e o ódio com menos chances de ser punido e, conseqüentemente, expor e reforçar os estigmas sociais. E qual seria a motivação para incitar o ódio e violência nos sites de redes sociais? A resposta é: capital social, como visibilidade, popularidade, reputação e influência (BOYD & ELLISON, 2007).

A teoria de Bourdieu (1989) atribui ao sistema simbólico a qualidade de instrumento de distinção social utilizado pelos grupos dominantes, com a hierarquização dos indivíduos através da linguagem e do conhecimento. No entanto, os sujeitos não têm plena consciência do processo de segregação a que estão submetidos, sendo, portanto, a falta de consciência das minorias fator preponderante para a legitimação da

⁶ Aqui compreende-se por violência simbólica o conceito de Bourdieu (1989), segundo o qual a violência é originária dos símbolos e signos da linguagem. Os sistemas simbólicos, por sua vez, tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social e contribuem para a reprodução da ordem social. A violência seria, portanto, resultante do poder simbólico – adquirido através dos discursos presentes nas relações de comunicação e de conhecimento.

⁷ Para Lebrun (2008), o ódio está presente na vida diária dos seres humanos, nos erros, na agressividade, na forma de olhar, no tom da voz, no desejo de dominar, na maneira pela qual alguém se dirige ao outro já que ele o habita, mesmo antes que possa lembrar, mas é externado peculiarmente no encontro com o outro. Neste sentido, Lebrun (2009), explica que "o encontro com o outro é sempre violento e perturbador, seja no cotidiano, seja na aproximação entre culturas diversas" (LEBRUN, 2008, p.7).

violência simbólica e para o conseqüente surgimento de estigmas sociais. Goffmann (2008) fala que o termo estigma é utilizado para categorizar pessoas com atributos incomuns para a maioria dos membros de uma determinada sociedade, como deficiência física, cor da pele, etnia, sexo, classe social, entre outros. A probabilidade de haver discriminação é grande quando o sujeito não se enquadra em uma determinada categoria da sociedade. O estigma social é, portanto, uma forma de violência simbólica, já que está ligado à preconceção mental que temos sobre os outros indivíduos ou grupos.

Sendo os indígenas – mais precisamente da etnia Tenharim – as principais personagens do estudo de caso proposto pelo presente artigo, passa-se, então, a discorrer brevemente sobre os estigmas impostos a essa minoria étnica. Alvos de toda sorte de ataques violentos ao longo da história, os índios experimentam no dia-a-dia os efeitos negativos da estereotipização. Mesmo após importantes conquistas na efetivação de direitos obtidas ao longo dos anos, a figura do índio no Brasil e o espaço que ele ocupa na sociedade são objeto de tensões e ataques vindos dos mais diversos setores da sociedade, desde o parlamento federal até os grupos de moradores das pequenas áreas urbanas do interior do Amazonas. O processo de integração com ideias etnocentradas nos povos civilizados, a formação do Estado nacional e os programas governamentais brasileiros de incorporação do indígena não reconheceram as diversidades dos povos que habitavam o país quando da chegada dos colonizadores. Até os dias de hoje, as imagens e conceituações sobre os índios, difundidas por não-índios e, em consequência, pelos próprios índios, carrega marcas profundas de preconceitos e ignorância.

Dessa visão limitada e discriminatória, que pautou a relação entre índios e brancos no Brasil desde 1500, resultou uma série de ambigüidades e contradições ainda hoje presentes no imaginário da sociedade brasileira e dos próprios povos indígenas. A sociedade brasileira majoritária, permeada pela visão evolucionista da história e das culturas, continua considerando os povos indígenas como culturas em estágios inferiores, cuja única perspectiva é a integração e a assimilação à cultura global. Os povos indígenas, com forte sentimento de inferioridade, enfrentam duplo desafio: lutar pela autoafirmação identitária e pela conquista de direitos e de cidadania nacional e global. (LUCIANO, 2016, p. 34)

Ao terem desconsideradas suas particularidades socioculturais, os indígenas passaram, por exemplo, a serem taxados de indolentes e atacados em função de suas especificidades na relação com a terra. Não foram poucos os discursos preconceituosos contra os indígenas proferidos na mídia, no parlamento e nas redes sociais durante o

juízo de um mandado de segurança pelo Supremo Tribunal Federal (STF) referente ao processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, em agosto de 2008. Pesados interesses econômicos envolvidos colocaram sob os índios a pecha de inimigos do desenvolvimento nacional, já que boa parte das terras abrangidas pela demarcação haviam sido irregularmente ocupadas por fazendeiros e pecuaristas para ‘gerar desenvolvimento.

O caso dos Tenharim não foge à regra: na década de 1970, esses índios tiveram suas terras tradicionalmente habitadas, na região sul do Amazonas, cortadas ao meio por um dos símbolos da política integracionista do governo militar brasileiro – a rodovia Transamazônica (BR-230). Em entrevistas realizadas durante visita em junho de 2013, os próprios indígenas relataram seu sentimento em relação àquela construção, especialmente em razão do contato interétnico com os trabalhadores operários, as epidemias que reduziram drasticamente a população da etnia e o deslocamento forçado de roças e cemitérios indígenas, com alterações profundas nos modos de vida das comunidades ali instaladas. Os danos repercutem fortemente até hoje, resultando em uma tensa relação com as comunidades urbanas próximas, nos municípios de Humaitá, Apuí e Manicoré, que dependem da passagem pela rodovia para deslocar-se entre um município e outro, diante da ausência de alternativas de transporte. Por lá passam diariamente dezenas de veículos, leves e pesados, que trafegam muitas vezes em alta velocidade em trechos habitados e atiram objetos na área da reserva.

Em que pese ser consequência da ausência de proteção ao território indígena e da omissão do Poder Público, é fato que a estipulação de cobrança não autorizada, em 2006, pela passagem no trecho da rodovia que corta a reserva indígena – medida a que os Tenharim chamaram de “compensação” pelos males trazidos pela Transamazônica, hoje suspensa por meio de acordo – contribuiu para agravar as tensões antes já existentes. Antes tidos pela população urbana como os incivilizados, preguiçosos e gananciosos por terra, os indígenas passaram a ser vistos como inimigos ao controlar diversas relações econômicas na região ao estabelecer a cobrança, uma vez que a “função” desse grupo no quadro de relações humanas na região (ELIAS, 1980, p. 85) sofreu uma reviravolta e passou a concentrar maior poder de coerção.

4. Estudo de caso: ataques aos índios Tenharim pelo Facebook

Dezembro de 2013, Sul do Amazonas. A morte de um cacique da etnia Tenharim em circunstâncias nebulosas, no início do referido mês, exaltou os ânimos da família do líder indígena e da comunidade como um todo. De acordo com reportagens divulgadas pela imprensa local à época dos fatos, havia divergências entre a versão oficial para a causa da morte do cacique Ivan Tenharim e a versão da família: para a polícia, ele havia sido vítima de atropelamento. Para os indígenas, tratava-se de um homicídio, devido a sinais de espancamento no corpo encontrado em um trecho da rodovia Transamazônica.

Poucos dias depois, o desaparecimento de três homens que trafegavam de carro pela rodovia em direção à cidade de Humaitá passou a ditar a agenda de comentários em toda a região, nas rodas informais de conversa, nas reportagens da mídia local e nas interações via redes sociais digitais. No primeiro momento, pouco se sabia sobre as circunstâncias do desaparecimento, mas uma informação extraoficial passou a ditar os rumos dos comentários sobre o episódio: eles haviam sido vistos pela última vez no dia 16 de dezembro daquele ano, nas proximidades da reserva indígena Tenharim. O que se sucedeu após tal informação está no cerne do objeto desta análise: uma onda de ataques racistas e preconceituosos difundidos via redes sociais digitais contra a etnia Tenharim e, por associação, aos indígenas em geral como grupo social.

O levantamento de informações para circunstanciar os fatos e o contexto do caso sob análise foi empreendido a partir da reunião de reportagens veiculadas via imprensa e mídia eletrônica on-line durante o período do desenrolar dos fatos, entre dezembro de 2013 e março de 2014, e também em documentos públicos produzidos por instituições que atuaram diretamente no caso, como a Fundação Nacional do Índio, o Ministério Público Federal e o Judiciário Federal.

O conteúdo das manifestações de discurso de ódio via Facebook foi coletado diretamente das páginas de usuários-chave, no período de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014, por meio da captura de telas de forma sistemática. A escolha do período se deve ao fato de que ainda não havia qualquer conclusão sobre o que realmente havia ocorrido no caso.

Os perfis monitorados foram definidos com base na abrangência de suas manifestações, repercussão de comentários e volume de interações. Tais dados foram processados eletronicamente, por meio da ferramenta Klout, que analisa a influência do usuário nas redes sociais através de 25 critérios. Da análise de todos os perfis

monitorados, restaram como os mais ativos, interativos e influentes à época dos fatos duas páginas pessoais e uma página do principal blog de notícias da região – este último se mostrou forte catalisador de comentários e interações com ataques aos indígenas. Os nomes e fotos dos perfis pessoais foram omitidos ou desfocados para preservar a identidade dos usuários, já que publicavam mensagens de forma pública na rede social on-line, mas não sabiam estar sob monitoramento.

Ao longo do período de coleta de dados foram reunidas 79 publicações realizadas nas páginas acima referidas, em que havia alguma menção aos Tenharim ou a indígenas de modo geral. Desse total, foram selecionadas três postagens ilustrativas para fins de análise de conteúdo no estudo de caso, de modo que se possa observar e depreender, através desses recortes, a forma do discurso de ódio contra os indígenas via redes sociais no caso analisado e suas repercussões práticas.

4.1 Análise de conteúdo sobre os dados coletados

As postagens em série relacionadas ao desaparecimento dos três homens supostamente na região da reserva indígena Tenharim começaram com tom informativo, logo no início da segunda quinzena de dezembro de 2013. Após o dia 20 de dezembro, a página do Portal Apuí no Facebook, acompanhada de outras dezenas de perfis pessoais, passaram a utilizar, de forma veemente, a expressão “sequestrados” e “mortos pelos índios” ao fazerem referência ao caso, cuja elucidação ainda estava distante de ocorrer. O conteúdo das mensagens trazia ainda clara insuflação dos ânimos da população das cidades da região sul do Estado, incentivando-os a “tomar alguma atitude” em relação ao caso. Os apelos deram certo e, no dia 25 de dezembro daquele ano, moradores de Humaitá organizaram protesto pelas redes sociais e promoveram atos de depredação do patrimônio público em órgãos ligados à proteção dos direitos indígenas na cidade. Veículos queimados, prédios públicos depredados, casas de indígenas incendiadas e um grupo de indígenas sitiado na Câmara de Vereadores foi o saldo final das manifestações. Nas redes sociais, os perfis monitorados empregavam tom de comemoração nas postagens e comentários divulgados, com expressões dizendo “bem feito” ou ainda “eles vão ter que aguentar a fúria do povo”.



Figura 1 – Tela de postagem do Portal Apuí do dia 26 de dezembro de 2013

Perfis isolados de usuários comuns, com pouca influência na rede, também apareceram no monitoramento como reverberadores do discurso de ódio contra os índios Tenharim. Utilizando-se das notícias de desdobramentos do caso ainda durante o desenrolar das primeiras informações, alguns deles chegaram a pregar morte aos indígenas porque não pagam impostos.



Figura 2 – Tela de postagem de perfil de usuário comum, extraída no dia 28 de dezembro de 2013

No dia 27 de dezembro, o Portal Apuí divulgou uma postagem em seu perfil no Facebook, conforme tela reproduzida a seguir. A mensagem, que traz uma foto do barco da Funai incendiado pelos manifestantes na noite do dia 25 de dezembro daquele ano, coloca claramente índios e não índios em lados opostos, usando duas vezes expressões

relacionadas à morte e vitimizando a “população que vive na cidade” em detrimento dos indígenas.



Figura 3 – Tela de postagem do Portal Apuí do dia 27 de dezembro de 2013

Em maior ou menor grau, a análise total das postagens coletadas durante o monitoramento mostrou que as mensagens discriminatórias e odiosas contra indígenas veiculadas nas redes sociais durante o episódio ocorrido no sul do Amazonas não só praticaram ampla e irrestritamente a violência simbólica contra esse grupo social já estigmatizado, mas também ensejaram a transposição do discurso para a prática da violência física. Dois anos após a elucidação do caso – cinco indígenas foram denunciados pelo Ministério Público e respondem na Justiça pelas mortes dos três homens – e mesmo diante da suspensão da cobrança pela passagem no trecho da rodovia que corta a reserva indígena, as tensões permanecem em franca no local, uma vez que o principal agravante das tensões – a ausência de proteção do território e das demais políticas públicas do Estado para os Tenharim – permanecem como um impasse a ser resolvido, sem perspectivas até o momento.

5. Considerações

As inovações tecnológicas e suas implicações na vida social se constituem de vasto campo para estudos sociológicos empreendidos em todo o mundo, visto que a velocidade das transformações e a virtualização da vida contemporânea não parecem estar em processo de frenagem. Ao contrário. Essa tem se mostrado a direção na qual o fluxo do processo civilizador tem se encaminhado, tendo como consequência a

crescente individualização da sociedade. As redes sociais na internet são aspectos surgidos e consolidados nesse processo e reproduzem, em um ambiente virtual acrescido de inúmeras possibilidades além das barreiras analógicas, as dinâmicas de sociabilidade vivenciadas fora da rede.

Nesse espaço, onde é possível externar pensamentos, opiniões, escolhas e convicções, a realidade das tensões humanas também se revela presente e, como se pôde observar das análises realizadas no presente artigo, potencializadas. Se no contato físico com o outro a vergonha e o medo socialmente aprendidos pelos indivíduos civilizados agem como reforços ao autocontrole aprendido desde a infância, na internet as possibilidades de anonimato, distanciamento físico do outro e a durabilidade das mensagens tem efeitos diversos. Favorecem, a exemplo do caso dos ataques contra os índios Tenharim, a prática de disseminação de ódio e violência simbólica, já que o aparato estatal de controle e coerção de ilícitos na internet ainda estão longe de se mostrarem eficientes, conforme conclui Silva et al (2011) ao analisar as respostas dadas pelo Estado brasileiro, em sua função judiciária, aos litígios envolvendo o discurso de ódio veiculado em redes sociais.

No caso em tela, apenas um dos perfis analisados foi repreendido oficialmente pela conduta ilegal (Portal Apuí), a partir de recomendação expedida pelo Ministério Público Federal para que cessasse as mensagens de ódio e discriminação, tendo sido seus responsáveis processados criminalmente após as investigações do caso. Outras centenas de usuários que compartilharam igualmente das opiniões discriminatórias e reverberaram incitações à violência contra os Tenharim sem que nada tenha sido feito para puni-los ou coagi-los ao controle de seus impulsos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BOYD & ELLISON, N. B. **Social network sites: Definition, history, and scholarship**. In: Journal of computermediated communication, Vol 13, nº 1, article 11 (2007). Disponível em: <<http://www.home-electronics.ch/HomeElectronic/Files/Web/Dossier/VL%203%20SNS%20History.pdf>>. Acesso em 10 Ago. 2016.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública.** Organização e apresentação: Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização.** v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. **Introdução à Sociologia.** Espaço da sociologia, trans. Maria Luísa Ribeiro Ferreira, Portugal, Lisboa: Edições 70, 1980.

GOFFMANN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4 Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LEBRUN, J. P. **O futuro do ódio.** Porto Alegre: CMC, 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCIANO, G. S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>. Acesso em 26 Ago. 2016

PRIMO, A. **Interação Mediada por Computador: Comunicação, Cibercultura, Cognição.** Porto Alegre: Sulina, 2007.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. **Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão.** In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; FIRMINO, Fernando. (Org.). *Metamorfozes jornalísticas 2: a reconfiguração da forma.* Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009, v., p. 1-269.

_____. **Social Media and Symbolic Violence.** *Social Media + Society*, v. 1, p. 1-10, 2015. Disponível em: <<http://sms.sagepub.com/content/1/1/2056305115580332.abstract>>. Acesso em 29 Ago. 2016.

SILVA, R. L. da et al. **Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira.** *Rev. direito GV*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 445-468, Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322011000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Ago. 2016.